



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete da Deputada Joenia Wapichana (REDE/RR)

### **COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR O DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

#### **REQUERIMENTO Nº                   , de 2019**

(Da Sra. Joenia Wapichana)

*Requer a realização de audiência pública destinada a debater a situação da educação escolar indígena no Brasil e sua necessária e urgente valorização.*

Exmo. Sr. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos arts. 24, III, e 255 e seguintes, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública com vistas a debater a situação da educação escolar indígena, bem como sua necessária e urgente valorização. Para esse fim, sugiro sejam convidados os seguintes palestrantes:

1. Representante do Ministério da Educação – MEC
2. Representante do Fundo Nacional da Educação - FNDE
3. Representante do Conselho Nacional da Educação – CNE
4. Gersem José dos Santos Luciano – Forum Nacional de Educação Escolar indígena
5. Cleber César Buzatto – Representante do Conselho Indigenista Missionário (CIMI)
6. Marcos Braga – Representante do Instituto Inskiran, UFRR

#### **JUSTIFICAÇÃO**

No Brasil vivem cerca de 869.917 indígenas (IBGE, 2010), pertencentes a 305 povos, falantes de mais de 219 línguas distintas. Neste universo, em 2015 havia 32.157 estudantes indígenas matriculados no ensino superior e 250.853 matriculados nas 3.297 escolas indígenas, onde atuam 21.161 professores indígenas, segundo o Censo de Educação Superior.



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete da Deputada Joenia Wapichana (REDE/RR)

O direito a educação escolar diferenciada para os povos indígenas está assegurado em diversos diplomas legais, como a Constituição Federal; a Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais (promulgada no Brasil em 2004); a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU; a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007) e a Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Ocorre, contudo, que as iniciativas do Estado brasileiro têm sido insuficientes para a valorização da educação indígena, resultando em cenário de aguda precarização que contribui, lamentavelmente, para os baixos indicadores de qualidade da educação brasileira, bem como a vulnerabilidade socioeconômica dessas populações.

Para debater esse tema de inegável importância e urgência, e buscar caminhos a serem trilhados pelas políticas de educação escolar indígena em nosso país, solicito a realização de audiência pública, preferencialmente no dia 3 de julho próximo, quando dezenas de professores e lideranças do Fórum Nacional de Educação Indígena – FNEEI estarão reunidos em Brasília.

Sala das Comissões, em                      de junho de 2019.

**JOENIA WAPICHANA**  
Líder da REDE Sustentabilidade